



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE MALHADOR**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 038/2025
(art. 72 da Lei nº 14.133/2021)

O AGENTE DE CONTRATAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MALHADOR, ESTADO DE SERGIPE, vem justificar a Razão da Escolha da empresa BK ALIMENTOS LTDA e o Preço Proposto **para a prestação de serviço em caráter emergencial de Fornecimento de Gêneros Alimentícios da Merenda Escolar, para atender as necessidades da rede municipal de ensino do município de Malhador/SE, para atendimento imediato as necessidades do Município**, de acordo com o art. 72, incisos VI e VII da Lei nº 14.133/2021, bem como a situação considerada como emergencial, conforme os motivos adiante expostos:

01 – RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO (Art. 72, VI da Lei nº 14.133/2021):

O fornecedor/prestador acima foi escolhido porque é do ramo pertinente ao objeto demandado, apresentou toda a documentação referente a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e ofertou o menor preço dentre aqueles que participaram da pesquisa de preços, o que caracteriza a proposta mais vantajosa para o Município.

A Administração, mesmo diante de uma situação emergencial, nos autos do processo demonstrou todo planejamento para a contratação, adotando o tipo de solução que tem um atendimento imediato e promove a competição, levando-se em conta os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização, bem como as práticas de mercado.

02 – JUSTIFICATIVA DO PREÇO (Art. 72, VII da Lei nº 14.133/2021):

Foi estabelecido o critério de julgamento de menor preço para aceitação das propostas, considerando as exigências estabelecidas no Termo de Referência, e tendo como base julgamento a pesquisa de preços efetuada de acordo com o art. 23, inciso IV da lei nº 14.133/2021.

Após a pesquisa de preços seguindo os parâmetros definidos por lei, inclusive diretamente com fornecedores mediante solicitação formal de cotação, optando por dar preferência aos fornecedores/ prestadores de serviços sediados local ou regionalmente, privilegiar o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte na forma da lei, prestigiar os prestadores de serviços que fazem parte do cadastro de fornecedores/prestadores de serviços do município, e que tenham satisfatoriamente desempenhado atividades semelhantes quando contratados.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE MALHADOR**

A escolha foi sem dúvida pautada no menor valor proposto, sem contudo, deixar de analisar as demais exigências técnicas solicitadas e analisadas minuciosamente pelo setor competente do município, constatou-se que a empresa BK Alimentos Ltda, cotou o menor preço para a prestação dos serviços, baseado no que prescreve o Art. 75, § 6º, da lei 14.133/2021, e sem maiores aprofundamentos, é um valor compatível com o praticado no mercado, conforme se verifica comparando-o com os dados constantes no Mapa Comparativo dos Preços.

Ressalta-se que, a realização desse procedimento, embora dispensada a licitação, possibilitou a competição, uma vez que a administração buscou propostas por parte dos interessados, e de acordo com as devidas análises, foi escolhida aquela que se apresentou compatível com o preço de mercado.

03 – DA SITUAÇÃO EMERGENCIAL (Art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021):

De acordo com o conceito estabelecido pela lei, considera-se emergencial a contratação por dispensa com objetivo de manter a continuidade do serviço público, no caso em testilha, a situação emergencial se deu em virtude de Cancelamento de Ata de Registro de Preço, em decorrência de Infração cometida por empresa anteriormente contratada, quando da não entrega dos itens solicitados, descumprindo prazo estipulado em edital e em decorrência de instauração de Processo Administrativo, com a regular notificação da empresa infratora, portanto, vislumbra-se o prejuízo que a falta dos serviços de fornecimento de merenda escolar poderá ocasionar a administração, e consequentemente a população, e a espera na conclusão do processo licitatório tendo que atender aos prazos estabelecidos pela lei para a publicação do certame, impugnações, recursos e demais situações que possam prolongar a homologação do processo só traria mais prejuízos, pois acarretaria nas descontinuidade do serviço considerado essencial.

Com supedâneo nas razões acima expostas, entendemos ser viável a contratação direta, pelo período estritamente necessário à conclusão do processo licitatório, inclusive condicionando a vigência destas contratações à homologação daqueles certames ou ao término da situação de emergência;

Vejamos o disposto no artigo 75 inciso VIII:

“Art. 75 - É dispensável a licitação:

VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE MALHADOR**

prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso”.

Assim, encaminha-se o processo ao Setor de Licitação visando a elaboração da minuta contratual e análise da Assessoria Jurídica para posterior autorização do Exmo. Sr. Prefeito para os fins do disposto no art. 72, inciso VIII, § único da Lei nº 14.133/2021.

Malhador/SE, 16 de Outubro de 2025


Maria Silvana de Santana Fontes
Agente de Contratação

Assim, encaminha-se o processo ao Setor de Licitação visando a elaboração da minuta contratual e análise da Assessoria Jurídica para posterior autorização do Exmo. Sr. Prefeito para os fins do disposto no art. 72, inciso VIII, § único da Lei nº 14.133/2021.